

# Estado pode defender servidores réus

Projeto de nova Lei Orgânica prevê que procuradores atuem na defesa judicial de funcionários públicos; categoria se queixa do procurador-geral

Fausto Macedo

O projeto da nova Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado, na iminência de ser encaminhado à Assembleia, colocou em pé de guerra as lideranças dos procuradores. As principais entidades da categoria – Associação dos Procuradores e o Sindicato dos Procuradores – afirmam que o procurador-geral, Elival da Silva Ramos, articula mudanças no texto sem submetê-las à classe.

Elival reage e diz que já expôs o texto ao Conselho da PGE, formado por 14 procuradores, a maioria eleita pela classe. “Não quisera discutir no momento

devido. Eu disse: ‘Vão perder a oportunidade’. Quem acha que é oportuno ou não é o governador, única autoridade pela Constituição que pode encaminhar o projeto. Queremos dar total transparência à PGE e aos atos da instituição.”

Amobilização dos procuradores ganha força e até adesão de ex-procuradores-gerais. Contestam capítulo que transfere para eles próprios a defesa de servidores e ex-servidores que são réus em ações judiciais, inclusive por improbidade. Atualmente, os servidores bancam sua própria defesa. A tarefa ficará a cargo dos procuradores que, indignados, alegam que os servidores efetivos quase sem-

pre já são defendidos pelo jurídico de seus sindicatos. Supõem que o objetivo é assegurar a defesa de comissionados em cargos de confiança.

“Orientamos sobre a legalidade dos negócios da administração, não somos advogados a serviço do governo”, queixam-se Márcia Semer, presidente da Associação dos Procuradores, e Newton Jorge, do sindicato. “Somos advocacia de Estado, não de governo.”

**Meia-verdade.** “É meia-verdade”, rebate Elival. “A Procuradoria dá pareceres sobre como se deve conduzir o agente público em todas as áreas. Ai esse agente (*acusado na Justiça*) vem e diz

que seguiu parecer da procuradoria, mas vai ter que contratar defesa. O que vai acontecer? Nas próximas vezes não autoriza (*contratação ou compra*). Isso gera administração acovardada em que o agente público prefere não fazer. Não gosto de coisa escamoteada. Um secretário não tem problema de ter advogado. O problema é o funcionário de menor porte que sofre processo, muitas vezes injustamente. Vamos defender agente do Estado que praticou ato sob nossa orientação. É a lógica.”

Inquieta os procuradores o fato de o texto ter passado por três secretarias – Fazenda, Planejamento e Gestão –, “onde recebeu ajustes e alterações” e até

## PARA ENTENDER

### Procuradoria orienta governo

A Procuradoria-Geral do Estado promove a consultoria e a orientação jurídica do governo. Ela representa judicialmente o Estado e zela pela constitucionalidade dos atos de governo. Cabe exclusivamente ao governador encaminhar à Assembleia Legislativa projeto para alteração da Lei Orgânica da instituição.

foi à análise da OAB. “Uma única vírgula é capaz de modificar completamente um dispositivo legal, o que dirá a inclusão de propostas aditivas, modificativas, supressivas”, alertam.

Assembleia da categoria, ano passado, reuniu 600 procuradores que repudiaram o projeto. Elival diz que promoveu seis audiências públicas com procuradores e que pretende dar publicidade a sanções disciplinares – este, segundo ele, seria um motivo da resistência. “Cortamos a banda podre. O governador já demitiu dois procuradores. Mais de 30 processos disciplinares. A sociedade não sabe, a lei diz que não pode publicar. Estou propondo revogação.”

## Diretor de jornal da Baixada Fluminense é assassinado a tiros

José Roberto Lemos atuava em publicação de Nova Iguaçu (RJ) que denunciava crimes e corrupção na região

Marcelo Gomes / RIO

O jornalista José Roberto Ornelas de Lemos, de 45 anos, diretor do jornal *Hora H*, que circula na Baixada Fluminense, foi assassinado na noite de terça-feira, em Nova Iguaçu, com 44 tiros. A principal linha de investigação da polícia é que o crime pode ter sido motivado pela linha editorial da publicação.

O jornal, de perfil popular, é conhecido por suas denúncias de crimes contra policiais e bandidos, além de supostos casos de corrupção na região. O jornalista foi executado por volta das 20h30, enquanto tomava cerveja em uma padaria no bairro do Corumbá.

“Não descartamos nenhuma hipótese, mas a principal delas é que Lemos possa ter sido morto por conta do perfil combativo do jornal que administrava”, disse o delegado Marcos Henrique de Oliveira Alves, da 58.ª Delegacia de Polícia (Posse).

Parentes do jornalista concordam com a hipótese. “O jornal é bastante polêmico. Fala mal de

polícia, de bandido e de político. As ameaças contra ele eram frequentes. Havia sempre carros suspeitos rondando por perto”, lembrou Luciano Ornelas de Lemos, irmão da vítima. A edição do *Hora H* de ontem nada publicou sobre a morte de seu administrador, ocorrida na mesma hora em que o jornal encerra os trabalhos.

Três pessoas que testemunharam o crime, na padaria, contaram à polícia que Lemos estava no balcão, de costas para a rua, no momento em que um Gol prata, ocupado por quatro homens encapuzados, estacionou na calçada em frente. De dentro do veículo, os homens abriram fogo contra a vítima e fugiram em seguida.

Lemos chegou a ser levado ao Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, mas chegou já sem vida ao local. A polícia está analisando, desde ontem, as imagens das câmeras de segurança da padaria para tentar identificar os atiradores. O comércio nas pro-



Crime. Lemos foi morto numa padaria no bairro do Corumbá

ximidades ficou fechado durante a manhã de ontem, mas ainda era possível ver marcas de sangue na calçada.

Na hora do crime, Lemos levava na cintura uma pistola calibre 380, mas não teve tempo de reagir. A polícia já sabe que a

arma está registrada em nome de uma pessoa jurídica. O delegado disse que vai averiguar, com a Polícia Federal, se ele tinha porte de arma.

**Prisão.** Em 2003, Lemos chegou a ser preso preventivamente, acusado de envolvimento no assassinato de Kenedi Jaime de Souza Freitas, de 52 anos, então presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura de São João de Meriti, na Baixada. O crime, ocorrido em 2002, estaria ligado a uma disputa por contratos de coleta de lixo sem licitação no município. O jornalista foi acusado de ter arregimentado os executores, mas foi absolvido. Segundo a Polícia, Lemos já foi investigado em outros três inquéritos de homicídios, ocorridos em 1992, 1993 e 1994. Todos foram arquivados.

O corpo de Lemos será velado nesta tarde em Nova Iguaçu. O enterro será no cemitério do município de Paracambi, também na Baixada Fluminense.



TOME UMA DECISÃO QUE VAI INFLUENCIAR TODAS AS OUTRAS.

ASSINE O ESTADÃO.



QUER SABER MAIS?  
ASSINE  
ESTADÃO

0800 014 9000  
estadao.com.br/assine